



## **FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL: ANÁLISE DE UMA DIMENSÃO DA VALORIZAÇÃO DOCENTE NAS POLÍTICAS DE MUNICÍPIOS DE PERNAMBUCO**

**José Marinho de Souza Neto<sup>1</sup>; Patrícia Maria Uchoa Simões<sup>2</sup>**

<sup>1</sup>Estudante do Curso de Ciências Sociais - CFCH/UFPE; e-mail: josemarinhosn@gmail.com,

<sup>2</sup>Pesquisador(a) da Diretoria de Pesquisa Social da Fundaj – DIPES: e-mail: patricia.simoies@fundaj.gov.br

**RESUMO:** O presente estudo analisou as políticas de planejamento de municípios do estado de Pernambuco quanto à programas, ações e estratégias de formação continuada de docentes da Educação Infantil. Foram analisados 163 planos municipais de educação através da análise de conteúdo, os dados foram tabulados e analisados em conjunto com indicadores da educação infantil em Pernambuco. De forma geral, os resultados revelaram que a formação continuada aparece como ação pontual nos planos municipais de educação. No entanto, a Educação Infantil foi a etapa mais citada quando se menciona formação docente o que pode estar sinalizando possibilidades de mudanças a longo prazo nas políticas e programas para os seus profissionais e a sua formação.

**Palavras-chave:** Educação Infantil; Creche; Formação Docente; Valorização Docente; Trabalho Docente.

## INTRODUÇÃO

Muitas pesquisas foram realizadas sobre condição e valorização docente no ensino básico (BAUER; CASSETTARI; OLIVEIRA, 2017; DOURADO; OLIVEIRA, 2009; FONSECA, 2009). Tanto no que se refere aos salários, carga horária de trabalho, e um aspecto importante da condição de trabalho docente é a formação continuada, para ser efetivada com qualidade deve haver suporte de recursos e organização administrativa dos órgãos competentes (CAMPOS, 2018).

Segundo Gatti, Barreto, André e Almeida (2019) ao longo das mudanças legais que normatizam a formação docente para Educação Infantil que trouxeram apoio e dilemas foram a formação inicial em nível superior, no curso de Pedagogia, na década de 60, mas somente com a LDB 9.394/96 que se tornou obrigatório a formação inicial em nível superior, décadas mais tarde entrou em vigor lei que normatizava a formação docente em nível médio normal, mas não vingou. Também houve melhoras com o direcionamento de recursos financeiros para a Educação Infantil com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB (2007), além de progressão de carreira profissional em 2008 (Piso, políticas e programas de estímulo profissional e apoio para formação inicial, mas pouco se efetivou. Além disso, desde a década de 60 um dilema que perdura até os dias de hoje é o currículo dividido entre a prática e a teoria, e a partir dos anos 2000 o curso de pedagogia vem sendo palco de debate quanto ao currículo fragmentado que não somente visa a atuação docente para Educação Infantil, mas também para o Ensino Fundamental, entre outras atribuições, como gestão escolar e educação profissional.

Nessa direção o presente trabalho teve como proposta estudar as ações e programas de formação continuada dirigidos aos professores de Educação Infantil de municípios de Pernambuco. Foram realizadas a coleta, descrição e análise dos dados relativos ao estado de Pernambuco.

De modo geral os resultados nos revelam que é necessário maior compreensão sobre as especificidades da Educação Infantil, quanto a seus conteúdos, principalmente, além de estratégias mais específicas para os meios de oferta de apoio e promoção por parte dos municípios. Apesar disso, os dados revelam maior proporção de docentes com ensino superior completo na Educação Infantil em Pernambuco, o que pode ser uma influência do Plano Nacional de Educação sobre os municípios.

A importância dessa análise está na contribuição que poderá oferecer ao debate sobre a formação docente para profissionais na Educação Infantil e possível subsídio para alternativas que auxiliem os sistemas municipais de educação na oferta de um atendimento de maior qualidade social.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O corpus da pesquisa foi constituído a partir dos enunciados de 163 Planos Municipais de Educação (BRASIL, 2020), no que se referem a ações, estratégias e programas de formação continuada dirigidos aos profissionais de Educação Infantil. Os enunciados foram organizados por temáticas e, para cada temática, foram construídas categorias de análise, quais sejam: público-alvo das atividades da formação continuada; formas de promoção e apoio do município à formação continuada de docentes de Educação Infantil; tipo de formação continuada de docentes de Educação Infantil; conteúdos programáticos das atividades de docentes de Educação Infantil.

A organização das temáticas e a construção das categorias seguiram as orientações da técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011).

## **RESULTADOS/DISCUSSÃO**

Os planos municipais de educação analisados se referem de forma muito geral e vaga à formação continuada dos docentes de Educação Infantil, mesmo nos planos que apresentaram antecipadamente um diagnóstico do quadro de profissionais da educação desta etapa de ensino.

Quando relacionam o público que pretendem atingir, os profissionais mais citados são da educação básica de modo geral (155), da Educação do Campo (94), da Educação Especial (88), da Educação Infantil (78), esses são os mais citados. Professores com ensino médio normal, não licenciados, ou licenciado em área diversa de sua área de atuação (62 PME's), é uma categoria que evidencia a quantidade relevante de docentes com ensino médio normal e também de docentes com formação diferente de sua área de atuação.

Ao que se refere ao tipo de formação, os mais citados são para formação em pós-graduação e graduação, o que reforça nosso entendimento que visam atender a demanda de professores com formação fora da sua área de atuação e professores sem graduação.

Sobre os meios de oferta dos municípios demonstra o quanto as estratégias são vagas para a formação docente, 129 PME's citam de forma vaga tanto para apoio, como para promoção. Quando especificam priorizam a parceria entre governos e instituições dos governos municipais, governo do Estado e a União (155 PME's).

Uma preocupação é da licença, a pouca menção para articulação entre a carga horária de trabalho e formação continuada pode evidenciar a falta de estrutura que beneficie a formação continuada com qualidade, 20 PME's citaram licença remunerada ou não.

Nos PME's não fazem menção sobre quais conteúdos devem ser abordados com um tipo específico de formação, dessa forma, entendemos que o conteúdo pode ser transversal, pontual ou integral a todo um curso de formação continuada as docentes da educação infantil, ou seja, é a continuidade da fragmentação da formação docente.

Segundo dados do Ministério da Educação (MEC)/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)/Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed), a proporção de docentes em creches e em pré-escolas com ensino superior completo vem aumentando. Porém, vale salientar que na zona urbana há um percentual maior. Tanto na creche como na pré-escola houve um aumento muito maior em 2019 comparado aos anos anteriores, isto pode ter uma relação com o PME, por estimularem a promoção e apoio à formação docente em nível superior na Educação Infantil.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como conclusão, primeiramente, a forma vaga com que se trata a formação continuada, no que se refere a indefinição do que se entende por tais atividades, seus conteúdos programáticos e a periodicidade na oferta, parece refletir o pouco conhecimento sobre essa etapa do ensino e suas especificidades. Esses aspectos apontam a ausência da compreensão sobre a função e os objetivos da Educação Infantil, de forma que não é evidente a necessidade de uma formação específica. Isso nos sugere que os municípios estão buscando atender às metas de formação docente previstas no PNE 2014-2024.

No entanto, buscar atender a formação continuada em nível superior é um benefício para a valorização docente. Os profissionais de Educação Infantil estão entre os mais citados entre o público-alvo das ações de formação dos planos municipais de educação; o que trouxe resultados positivos quanto à formação docente em graduação na Educação Infantil. Esse aumento significativo de docentes graduados nos parece ter um caráter mais emergencial frente a formação continuada em pós-graduação.

A educação infantil por ser a etapa mais citada nos PME's pode ser a contribuição dos estudos que vêm sendo divulgados sobre a Educação Infantil o que vem favorecendo uma maior compreensão sobre a necessidade da formação para esses profissionais. Esperamos que esses estudos auxiliem na construção de propostas de formação que se dirijam ao debate do direito das crianças pequenas ao acesso e à qualidade da educação, considerando a valorização e o reconhecimento da formação do profissional dessa etapa do ensino.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e a Fundação Joaquim Nabuco pelo desenvolvimento do conhecimento científico. Sou muito grato a Patrícia Simões por ter me acolhido como seu orientando, pude compreender minimamente sobre a Educação Infantil, também agradeço a Mariana Uchôa de quem herdei o trabalho e que pude concluir, mesmo sabendo, que um trabalho científico somente termina quando o prazo finaliza, pois a realidade social, cultural e política é interminável, ao menos, enquanto a humanidade existir.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. (2011). **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70.

BAUER, Adriana; CASSETTARI, Nathalia; OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **Políticas docentes e qualidade da educação**: uma revisão da literatura e indicações de política. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 25, n. 97, p. 943-970, 2017.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira de. **A qualidade da educação**: perspectivas e desafios. Cadernos Cedes, v. 29, n. 78, p. 201-215, 2009.

FONSECA, Marília. **Políticas públicas para a qualidade da educação brasileira**: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social. Cadernos Cedes, v. 29, n. 78, p. 153-177, 2009.

CAMPOS, Maria Malta. **Questões sobre a formação de professores de educação infantil**. Laplage em revista, 4 (1), p. 9-22, 2018.

Gatti, B. A., Barreto, E. S.S., André, M.i E. D. A., Almeida, P. C. A..**Professores do Brasil**: novos cenários de formação – Brasília: UNESCO, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. PNE em Movimento. **Planos Subnacionais de Educação**. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/37-monitoramento-e-avaliacao-dos-planos-subnacionais-de-educacao>>. Acesso em: 3 março de 2020.